



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ADVOCACIA GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo nº 1320.01.0120363/2020-88

Procedência: Secretaria de Estado de Saúde (SES).

Interessados: Chefe de Gabinete da SES, Diretor de Prestação de Contas da SES e Grupo de Integração Social Apoio ao Portador do HIV (Grupo Vhiver).

Número: 5.717

Data: 4 de fevereiro de 2021.

Classificação temática: CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES/IRREGULARIDADES NA EXECUÇÃO. Ressarcimento ao erário. Ações compensatórias.

Assunto: Sucessivas reprovações das prestações de contas de convênios celebrados com base no art. 116 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Inaplicabilidade do § 2º do art. 72 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, que possibilita o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias. Proibição expressa de combinação do Mrosc com o regime dos convênios e vice-versa.

Referências normativas: Art. 116 da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Art. 72, § 2º, da Lei Federal nº 13.019, de 2014. Decretos nºs 43.635, de 2003, 46.319, de 2013, e 47.132, de 2017.

NOTA JURÍDICA

1. Por meio do Despacho nº 4373/2020/SES/GAB (23573150), o Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado de Saúde consulta a Assessoria Jurídica da Pasta acerca dos pedidos “a” e “e” deduzidos juntamente com outras demandas pelo Grupo Vhiver (21542840):

“a) Requer, nos termos do art. 72, § 2 da Lei 13.019 de 2014, e Decreto nº 8276 de 2016 da união, a aceitação dos pedidos de composição dos danos aos erários na forma de ações compensatórias.

b) Requer o levantamento de todos os débitos apontados como danos ao erário pela instituição, para numa ação única, ofertar os projetos de forma a executa-los nos moldes dos projetos a serem apresentados, até quitação total dos danos ao erário público estadual.

c) Requer também, que a Fundação Novo Mundo, provedora dos recursos, seja a principal fiança na consecução dos objetivos das ações compensatórias de cada projeto a ser apresentado.

d) Requer ainda, concessão de prazo suficiente para que os réus possam apresentar os projetos condizentes com a devolução ora proposta.

e) Requer a análise do pedido sob o julgo da Lei nº 13.019/2014, trazendo a luz da analogia, o justo julgamento do mérito da questão aperfeiçoado por esta normativa.”

2. Conforme pontua o Despacho nº 4373/2020/SES/GAB (23573150), o pedido “b” já fora respondido dentro do processo, e os pedidos “c” e “d” possivelmente podem ser respondidos de forma

complementar aos pedidos “a” e “e”, que foram os efetivamente consultados.

3. Segundo consta dos documentos anexados ao expediente, notadamente da planilha contendo o levantamento dos danos ao erário imputados ao Grupo Vhiver (22043352), a entidade teve sucessivas prestações de contas de convênios celebrados com o Estado de Minas Gerais, por intermédio da SES, nos anos de 2009 a 2013^[1], reprovadas, totalizando um débito de R\$ 4.176.991,40 (quatro milhões, cento e setenta e seis mil e novecentos e noventa e um reais e quarenta centavos) atualizado para novembro de 2020.

4. Face a isso, pretende o Grupo Vhiver ressarcir o erário estadual por meio de ações compensatórias, na forma do art. 72, § 2º, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

5. É o que se tinha a relatar.

6. Conforme se extrai do expediente, o cerne da questão consultada é a viabilidade jurídica do desenvolvimento de ações compensatórias, com fundamento no art. 72, § 2º, da Lei Federal nº 13.019, de 2014, como forma de ressarcimento de débitos decorrentes de reprovações de prestações de contas de inúmeros convênios celebrados pelo Estado com o Grupo Vhiver sob a égide dos Decretos nºs 43.635, de 20 de outubro de 2003, e 46.319, de 26 de setembro de 2013, débitos esses que, em sua grande maioria, já tiveram a tomada de contas especial encerrada no âmbito da SES e foram encaminhados ao Tribunal de Contas Estadual, em paralelo ao envio a esta Advocacia Geral, para inscrição em dívida ativa e ajuizamento da respectiva execução fiscal.

7. Deveras, o § 2º do art. 72 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Mrosc), dispõe que:

§ 2º Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de colaboração ou de fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos. [\(Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015\)](#).

8. Ocorre que os ajustes celebrados pelo Estado com o Grupo Vhiver e que tiveram contas reprovadas não foram fundamentados no Mrosc, que, à época da celebração, sequer tinha entrado em vigor, mas sim com fundamento no art. 116 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos e nos Decretos nºs 43.635, de 2003, e 46.319, de 2013, a depender da data da celebração.

9. Partindo dessa premissa fática, facilmente se chega à conclusão de que os pedidos formulados Grupo Vhiver não têm a mínima plausibilidade jurídica.

10. Uma das características do novo regime implementado pelo Mrosc é a não combinação entre ele e o regime dos convênios estabelecido pelo art. 116 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, de modo a não serem aplicáveis as disposições do Mrosc aos convênios e vice-versa.

11. Conforme dispõe o art. 84, parágrafo único, da Lei Federal nº 13.019, de 2014, são regidos pelo art. 116 da Lei nº 8.666, de 1993, os convênios entre entes federados ou pessoas jurídicas a eles vinculadas e os celebrados com entidades filantrópicas e sem fins lucrativos nos termos do § 1º do art. 199 da Constituição Federal. A partir da entrada em vigor do Mrosc, somente são permitidas essas duas hipóteses de convênios, conforme o art. 84-A desse diploma:

Art. 84-A. A partir da vigência desta Lei, somente serão celebrados convênios nas hipóteses do parágrafo único do art. 84. [\(Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015\)](#).

12. Ao estremar os dois regimes, o Mrosc ainda foi enfático em proibir qualquer tipo de combinação entre eles, tendo previsto, no art. 3º, inc. IV, que “*não se aplicam as exigências desta Lei aos*

*convênios e contratos celebrados com entidades filantrópicas e sem fins lucrativos nos termos do § 1º do art. 199 da Constituição Federal” e, no art. 84, caput, que “não se aplica às parcerias regidas por esta Lei o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993”. Em outras palavras: **não se aplica o Mrosc aos convênios nem o regime dos convênios às parcerias do Mrosc.***

13. Dessarte, evidentemente não é possível a aceitação de ações compensatórias como forma de ressarcir o erário pelos débitos oriundos de convênios que tiveram suas prestações de contas reprovadas e que foram celebrados com fundamento no art. 116 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

14. Quanto ao Decreto Federal nº 8.276, de 27 de abril de 2016, que o Grupo Vhiver cogita aplicar ao caso em espécie, sua incidência é restrita às parcerias com organizações da sociedade civil celebradas pela Administração Pública Federal, não sendo viável aplicar, ainda que se tratasse desse mesmo tipo de parceria, no âmbito desta Administração Pública Estadual, o art. 68 que regulamenta o ressarcimento ao erário por meio das ações compensatórias estabelecidas pelo Mrosc.

15. Portanto, o Decreto Federal nº 8.276, de 2016, não se aplica aos convênios referenciados no expediente. Primeiramente, porque se trata de convênios celebrados com fundamento no art. 116 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos e, ainda, no art. 199, § 1º[2], da Constituição Federal, tendo a Lei afastado deles o regime jurídico instituído pelo Mrosc. Em segundo, porque o Decreto Federal nº 8.276, de 2016, não se aplica a esta Administração Pública Estadual, a qual está sujeita ao Decreto nº 47.132, de 20 de janeiro de 2017, editado no exercício da competência regulamentar do Poder Executivo Estadual e cuja normatividade em relação à matéria, no âmbito desta esfera federativa, é exclusiva.

16. Esse último diploma, ao regulamentar as parcerias do Mrosc em Minas Gerais, embora tenha previsto expressamente o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias, condicionou sua aplicação à definição em ato conjunto do Secretário de Estado de Governo com o Secretário de Estado de Fazenda e o Controlador-Geral do Estado (art. 82, § 6º). Tal ato, por decisão das autoridades com competência para tanto, ainda não foi editado, não havendo que se falar em direito subjetivo das organizações da sociedade civil à benesse prevista no § 2º do art. 72 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, ainda que tivessem sido cumpridos todos os requisitos, posto que esse dispositivo estampa uma clara discricionariedade quanto à aceitação ou não da “solicitação” da entidade interessada.

17. Em conclusão, esta Consultoria Jurídica opina pela completa inviabilidade jurídica dos pedidos “a” e “e” formulados pelo Grupo Vhiver no documento sei! 21542840, assim como dos demais pedidos que deles derivam, por entender que não é aplicável aos convênios mencionados no expediente (documento 22043352) o § 2º do art. 72 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

18. Por fim, anotamos que, ao nos manifestarmos sobre o tema, não atestamos ou avalizamos a regularidade dos termos, atos e documentos que compõem o expediente, posto que presumimos a sua veracidade e legitimidade, assim como a das informações neles veiculadas. Além disso, também não adentramos em aspectos relacionados à sua necessidade ou à sua oportunidade e conveniência, nem tampouco em aspectos técnicos, econômicos e financeiros, restringindo-se, a presente análise, aos seus aspectos puramente jurídicos.

É a nota jurídica, salvo melhor juízo.

À provação superior.

Belo Horizonte/MG, 4 de fevereiro de 2021.

Ricardo Agra Villarim

Procurador do Estado

MASP 1.327.259-6 OAB/MG 142.772

De acordo,

Belo Horizonte, data supra.

Ana Paula Muggler Rodarte
Advogada-Geral Adjunta
MASP 598.204-6 OAB/MG 68.212

[1] Convênios 343/2009, 675/2010, 277/2011, 049/2012, 1651/2012, 1732/2012, 1733/2012, 1734/2012, 1800/2012, 054/2013, 145/2013 e 1960/2013.

[2] Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

§ 1º - As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Muggler Rodarte, Advogado(a) Geral Adjunto**, em 05/02/2021, às 18:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Agra Villarim, Procurador do Estado**, em 08/02/2021, às 13:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **25064819** e o código CRC **4B914826**.